

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

ELITES LOCAIS, COOPTAÇÃO E ATIVIDADE POLÍTICA DE OPOSICIONISTAS NO INÍCIO DA PRIMEIRA REPÚBLICA: O CASO DO PARTIDO DEMOCRÁTICO (ESTADO DO PARANÁ, 1892-1893)

Local elites, co-optation and political activity of oppositionists at the beginning of the First Republic: the case of the Democratic Party (State of Paraná, 1892-1893)

Sandro Aramis Richter Gomes¹

Resumo: Neste artigo desenvolve-se uma investigação acerca da organização interna e da ação política de uma agremiação oposicionista denominada Partido Democrático (PD). Essa agremiação existiu no Estado do Paraná, de 1892 a 1893. Por meio de um estudo de caso, o objetivo deste trabalho é avançar na compreensão dos processos de formação e ocaso dos partidos de oposição que existiram no Brasil ao tempo da Primeira República. Há três argumentos sustentados neste trabalho. Primeiro, demonstra-se que o PD era comandado por ex-integrantes do Partido Conservador. Nos anos finais do Império, eles já estavam envolvidos na gestão de diretórios partidários. Segundo, ressalta-se que o PD obteve adesões em distintos municípios. Contudo, essa base de apoio logo se desfez. Terceiro, cumpre evidenciar que uma parcela dos filiados desse partido foi cooptada pelo partido governista. Desse modo, o PD não conseguiu se consolidar como a principal agremiação da oposição paranaense.

Palavras-chave: elites locais; Estado do Paraná; partidos de oposição; Primeira República.

Abstract: The article analyzes the internal organization and the political action of an oppositionist party named Democratic Party (PD). This party existed in the State of Paraná, from 1892 to 1893. Through a case study, the objective of this work is to advance the understanding of the processes of formation and decay of the opposition parties that existed in Brazil at the time of the First Republic. There are three arguments presented in this article. First, evidenced is given that the PD was commanded by former members of the Conservative Party. At the final time of the Empire, they were already involved in the management of party committees. Secondly, the PD obtained adhesions in different municipalities, but this support base was soon dismantled. Third, a portion of the members of that portion was co-opted by the ruling party. Therefore, the PD failed to consolidate itself as the main opposition party of Paraná.

Keywords: First Republic; local elites; oppositionist parties; State of Paraná.

¹Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Presentemente realiza estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da UFPR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6790-4958>. E-mail: argomes8@gmail.com.



Introdução

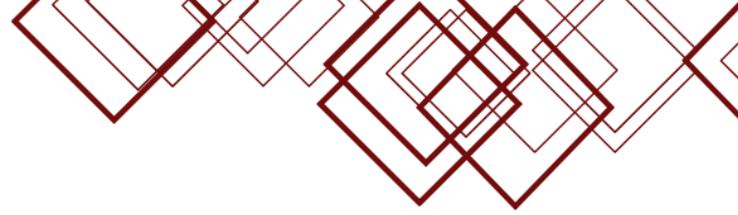
Neste artigo empreende-se uma investigação acerca da organização interna e das atividades políticas do Partido Democrático (PD). Essa agremiação oposicionista atuou no Estado do Paraná de 1892 a 1893. Por meio de um estudo de caso, a finalidade deste trabalho é produzir conhecimento sobre os processos de constituição e extinção dos partidos minoritários que existiram no Brasil da Primeira República.

Há três argumentos apresentados neste trabalho. Primeiro, destaca-se que o PD era comandado por egressos do Partido Conservador. Eles se familiarizaram com a gestão de diretórios partidários na época em que pertenceram a essa agremiação. Segundo, cumpre demonstrar que o PD conseguiu se enraizar em cidades do interior. Porém, a sua base de apoio se desagregou rapidamente. Terceiro, destaca-se que uma parcela dos correligionários do PD foi cooptada pelo partido situacionista. Tal cooptação ocorreu pouco depois de a agremiação se extinguir. Portanto, o PD não teve êxito no projeto de se afirmar como o partido oposicionista eleitoralmente mais forte do Paraná.

269

Há recentes avanços nos estudos relativos à história política da Primeira República. Um avanço reside da análise da atividade eleitoral das oposições estaduais. A historiografia tem evidenciado que, nas quatro primeiras décadas republicanas, existiram políticos de oposição que obtiveram apoios suficientes para suplantar candidatos de partidos situacionistas (FIGUEIREDO, 2017; RIBEIRO, 2019). Ao mesmo tempo, os estudos históricos salientam que as oposições estaduais não se eximiam de contestar a vitória de seus adversários para cargos como o de deputado federal (RICCI e ZULINI, 2014; ZULINI, 2016). Essa linha de investigação contribui para o entendimento das formas de mobilização política dos adversários de agremiações governistas. Em um sentido amplo, essa corrente de análise subsidia a identificação de diferenças regionais quanto ao grau de competitividade eleitoral de grupos de oposição.

De outra parte, cumpre ressaltar três limitações inerentes ao estudo da atividade eleitoral das oposições estaduais no contexto da Primeira República. Uma limitação diz respeito ao fato de que permanece em estágio incipiente a abordagem dos motivos da desagregação política entre os adversários dos partidos governistas. Mantém-se pouco avançada a identificação dos fatores que impediram a manutenção de duradoura aliança entre líderes das oposições regionais (ARRUDA, 2015; SACCOL, 2018; VANALI, 2017).



A segunda limitação é alusiva à análise da estrutura interna dos partidos de oposição. A historiografia carece de estudos que reconheçam diferenças entre as agremiações minoritárias no que concerne à sua forma de gestão, aos modos de recrutamento de correligionários e às estratégias de expansão de diretórios. Assim, remanesce pouco desenvolvido o conhecimento das distinções regionais quanto às características da administração dos pequenos partidos. Essa análise permanece mais avançada para o caso do Estado de São Paulo (LEVI-MOREIRA, 1991; PRADO, 1986).

A terceira limitação diz respeito ao estudo das trajetórias de dirigentes de partidos de oposição. O avanço nessa área de investigação permite salienta a maior ou menor disposição de agremiações majoritárias para absorverem antigos adversários. Há tempos, a historiografia tem dedicado atenção às formas de atração de correligionários por partidos governistas ao tempo da Primeira República (FÉLIX, 1996; MARTINY, 2018; SAMPAIO, 1999). Entretanto, continuam pouco conhecidas as oportunidades políticas e profissionais auferidas por oposicionistas que migraram para os partidos situacionistas. Desse modo, um avanço nas análises concernentes à Primeira República consiste em efetuar uma comparação quanto aos destinos de ex-integrantes de agremiações minoritárias.

O desenvolvimento deste artigo é realizado por meio de métodos inspirados na prosopografia (CHARLE, 2006; STONE, 2011). Trata-se de evidenciar analogias quanto às origens das carreiras políticas dos membros da cúpula do PD. Mais precisamente, uma etapa crucial deste trabalho reside na identificação de semelhanças quanto às formas de ação eleitoral dos fundadores do PD nos anos anteriores à criação desse partido. De outra parte, a análise prosopográfica é decisiva para o estudo do término das carreiras desses fundadores. Nesse âmbito, convém ressaltar a natureza das oportunidades políticas e profissionais que esses indivíduos obtiveram após a dissolução do partido. Em última instância, o método aqui empregado propicia a investigação de trajetórias coletivas, bem como o reconhecimento de padrões de carreiras políticas (FERRARI, 2010).²

270

Os primórdios da atuação partidária dos dirigentes do PD: o contexto político do Paraná provincial

Em 1892, ao tempo da fundação do PD, os dirigentes dessa agremiação não eram novatos na cena política paranaense. Eles começaram a se envolver nessa cena ao tempo do

² As fontes utilizadas neste artigo consistem em jornais de circulação regional e anais parlamentares. Essas fontes estão disponíveis para consulta no sítio eletrônico da Biblioteca Nacional: <memoria.bn.br>



Segundo Reinado. Desse modo, na presente seção é empreendida uma análise das atividades administrativas e eleitorais que esses correligionários desenvolveram na época em que estiveram ligados a um partido monárquico. A execução dessa abordagem requer o estudo das informações expostas no Quadro 1.

Quadro 1 – Origens da atividade política e profissional dos membros da Comissão Executiva do Partido Democrático (Segundo Reinado)

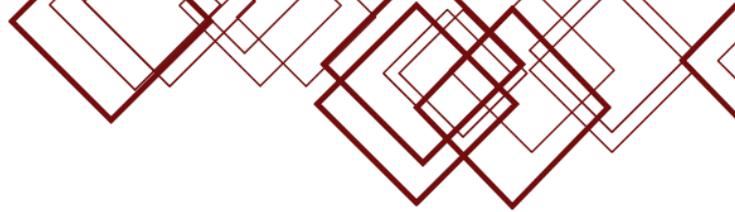
Nome	Profissão	Filiação partidária	Total de nomeações para cargos públicos	Total de cargos eletivos
Antônio Francisco Correia de Bittencourt	Negociante	Partido Conservador	0	4
Fausto Bento Viana	Negociante	Partido Conservador	1	4
José Ribeiro de Macedo	Negociante	Partido Conservador	1	4
Ricardo de Souza Dias Negrão	Negociante	Partido Conservador	5	2

Fontes: *A República* (PR); *Dezenove de Dezembro* (PR); *Gazeta Paranaense* (PR); *Província do Paraná* (PR); *Sete de Março* (PR).

A análise do Quadro 1 permite a sustentação de três constatações. Primeiro, compete mencionar que, no contexto do Império, os dirigentes do PD pertenceram ao Partido Conservador. A criação do PD teve por finalidade perpetuar a aliança entre antigos correligionários. Um objetivo do novo partido era possibilitar que ex-integrantes de uma agremiação monárquica continuassem politicamente ativos no contexto do regime republicano. Para além do fato de terem mantido vínculos com o Partido Conservador, os próceres do PD assemelhavam pelo fato de que pertenciam a um mesmo grupo profissional.

Uma característica do Partido Conservador paranaense era a baixa renovação do seu quadro de lideranças. Nos decênios de 1870 e 1880, o seu dirigente era o advogado Manuel Eufrásio Correia (1839-1888), cujos parentes também pertenceram àquela agremiação (ALVES, 2014). No período em que esse bacharel comandou localmente o Partido Conservador, não existia um diretório provincial. A instalação desse diretório ocorreu somente em março de 1889 (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 16 mar. 1889, p. 2).³ Em suma, não havia uma precisa divisão de tarefas administrativas entre os correligionários. O chefe supremo possuía amplos poderes para orientar a ação eleitoral do partido.

³ Nos decênios de 1860 e 1870, houve momentos em que esteve em atividade um diretório do Partido Conservador do Paraná. Contudo, esse diretório funcionava à maneira de um comitê eleitoral, o qual se extinguiu após o término de uma eleição. A existência de um diretório dessa agremiação não contribuiu para a renovação do seu rol de dirigentes. Concernente às celeumas entre os conservadores paranaenses nas mencionadas décadas, ver Alves (2014).



Os fundadores do PD estavam habituados a um modelo de gestão partidária no qual os filiados não tinham a faculdade de participar da escolha de candidatos e de formular as estratégias eleitorais da agremiação. Nos anos 1880, os diretórios municipais do Partido Conservador paranaense não reivindicaram a prerrogativa de interferir nas decisões do chefe supremo (GAZETA PARANAENSE, 9 out. 1885, p. 1). Nesse contexto, portanto, as elites locais eram responsáveis pela execução das ordens desse chefe.

De fato, havia correligionários que defendiam a implementação de decisões colegiadas. O objetivo desses aliados era atenuar o poder dos Correia sobre a vida interna do Partido Conservador do Paraná (SETE DE MARÇO, 23 mar. 1888, p. 4).⁴ Todavia, os insurgentes formaram uma ala minoritária no partido. Em última instância, os descontentes com o modelo de gestão do partido não representaram uma ameaça à autoridade dos líderes regionais da agremiação.

A morte de Eufrásio Correia não provocou a renovação significativa do quadro de líderes da agremiação. Às vésperas da instauração da República, o Partido Conservador paranaense por membros da família Correia. Dentre esses membros estavam os negociantes Manuel Antônio Guimarães (1813-1893), que era cunhado e sogro de Eufrásio Correia, e Idelfonso Pereira Correia (1845-1894), sobrinho desse bacharel. Em 1889, a criação de um diretório provincial não impediu que essa parentela continuasse a comandar localmente a agremiação (GAZETA PARANAENSE, 21 mar. 1889, p. 2).

272

O princípio do envolvimento dos fundadores do PD na vida política ocorreu em uma época marcada pelo acentuado domínio de uma parentela sobre a vida interna do Partido Conservador. Nesse contexto, a conquista de mandatos eletivos e de nomeações para cargos públicos era o principal benefício decorrente da adesão das elites locais aos líderes maiores da agremiação.

Trata-se, pois, de sustentar a segunda afirmação desta seção. Os dirigentes do PD pertenceram ao grupo de conservadores que participaram de esquemas de nomeações para cargos públicos. Esses dirigentes também conquistaram mandatos eletivos ao tempo do Império. Ou seja, eles conseguiram o apoio dos chefes da agremiação para terem os seus nomes incluídos de forma reiterada em chapas de candidatos. Os futuros gestores do PD se

⁴ Em junho de 1888, os representantes dessa minoria conceberam os estatutos do novo diretório provincial. Eles também convocaram uma reunião para instalar esse órgão partidário. Porém, tal projeto não se concretizou (SETE DE MARÇO, 6 jun. 1888, p. 3). Portanto, nesse contexto a ala minoritária não obteve adesões suficientes para promover uma mudança no modelo de governo do Partido Conservador paranaense.



beneficiaram de um modelo de governo partidário no qual a aproximação com aqueles chefes favorecia o desenvolvimento de uma carreira na administração pública e nas instâncias do Poder Legislativo. Atente-se, assim, à natureza das oportunidades obtidas pelos líderes do PD.

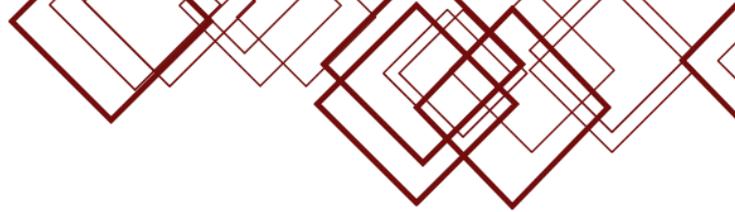
A maioria dos fundadores dessa agremiação conquistou seus primeiros cargos públicos no período que abarca o fim dos anos 1860 e o início dos anos 1870. Nessa época, o Partido Conservador voltou a controlar o Gabinete Ministerial e os Governos Provinciais. Por consequência, a agremiação controlou os esquemas locais de preenchimento de cargos públicos. Ela estava eleitoralmente fortalecida porque atuava como um partido situacionista desde 1868 (HOLANDA, 2010). Os parentes dos líderes do PD se envolveram nas políticas de preenchimento de cargos públicos. Eles também obtiveram mandatos eletivos. Em suma, os dirigentes do PD pertenceram a famílias que possuíam conexões sólidas com os chefes conservadores da província.⁵

No final da década de 1860, uma parte dos indivíduos arrolados no Quadro 1 foi inserida em chapas de candidatos para atuar em instituições municipais e provinciais. A circulação desses indivíduos por órgãos administrativos foi muito limitada. De todo modo, essa circulação lhes assegurou um treinamento em atividades administrativas e em campanhas eleitorais. Quando o PD foi fundado, havia mais de duas décadas que os seus idealizadores estavam ativos na vida política paranaense.

Dentre os indivíduos mencionados no Quadro 1, Fausto Bento Viana (1830-1896) foi o primeiro a conseguir um cargo eletivo. Em 1868, ele obteve o segundo lugar na disputa pelas quatro vagas de Juiz de Paz em Guaraqueçaba, localidade situada no litoral da província (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 16 set. 1868, p. 3). Esse pleito não foi o primeiro do qual Viana participou como candidato. Em 1860, ele não foi bem-sucedido na disputa por uma vaga de vereador da cidade litorânea de Morretes. Nessa ocasião, Viana conseguiu apenas a sexta suplência na Câmara local (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 12 set. 1860, p. 4).

A experiência do insucesso eleitoral foi peculiar às trajetórias de uma parte dos fundadores do PD. Alguns desses fundadores surgiram na cena política desprovidos de relevante base de apoiadores. A esse respeito, cumpre salientar o caso de Ricardo Dias de Souza Negrão (1835-1921). Ao tempo do Império, ele experimentou duas derrotas. Em 1868, não

⁵ Em 1875, por exemplo, o negociante Antônio Ribeiro de Macedo (1842-1931), irmão de José Ribeiro de Macedo, elegeu-se deputado à Assembleia Legislativa do Paraná pelo Partido Conservador (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 25 set. 1875, p. 2). Em 1877, Antônio de Souza Dias Negrão (1846-1912), irmão de Ricardo Negrão, exerceu o posto suplente de delegado de Polícia em Curitiba (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 6 set. 1877, p. 2).



conseguiu se eleger Juiz de Paz em Morretes. Nessa oportunidade, obteve a quarta suplência (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 16 set. 1868, p. 3). Em 1871, Negrão não teve êxito no pleito para o cargo de deputado provincial. Nessa disputa, ele conquistou apenas a segunda suplência (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 14 out. 1871, p. 4).

Nesse contexto, Antônio Francisco Correia de Bittencourt (1838-1918) elegeu-se vereador de Curitiba (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 15 jul. 1871, p. 4). Em Porto de Cima, nos anos de 1872 e 1876, José Ribeiro de Macedo (1840-1917) foi o mais votado nos pleitos para Juiz de Paz (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 11 set. 1872, p. 3) e vereador (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 14 out. 1876, p. 3). Uma parte dos dirigentes do PD exerceu cargos eletivos em pequenas cidades. No Segundo Reinado, portanto, a posição que eles alcançaram na vida política era a de líderes locais de uma agremiação monárquica.

Uma diferença entre os fundadores do PD dizia respeito ao seu grau de competitividade eleitoral. Eles não surgiram na cena política dotados de equânime base de apoios. Ricardo Negrão, por exemplo, perdeu eleições em um contexto no qual o Partido Conservador conseguiu amearhar a maioria das vagas nas instituições políticas do Paraná. A condição de político governista não impediu o seu malogro eleitoral. No princípio de sua atividade partidária, Negrão não contou com decisivo apoio das lideranças conservadoras. Esse negociante conquistou tardiamente a prerrogativa de ser incluído nas chapas de candidatos confeccionadas pelos chefes do partido.

274

Negrão obteve o seu primeiro êxito eleitoral no ano de 1875. Nessa ocasião, ele teve o respaldo de seu partido para disputar uma vaga à Assembleia Legislativa Provincial. Negrão conseguiu obter um mandato. Entretanto, ele foi o menos votado dentre os vinte candidatos eleitos. Esse negociante angariou 84 sufrágios (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 25 set. 1875, p. 2). Portanto, uma analogia quanto à origem da atividade política de Ricardo Negrão e Fausto Viana reside no fato de que conquistaram vagarosamente um espaço no jogo eleitoral. Eles exerceram mandatos no curso dos 1870 e no fim dos anos 1880. Esses correligionários permaneceram afastados das instituições políticas da província por uma década. Em suma, foi breve a presença desses dirigentes do PD em instituições locais.

Nessa época, a principal atividade política de Negrão e Viana consistiu em apoiar as candidaturas dos chefes do Partido Conservador. Em 1869, Ricardo Negrão fez parte do rol de eleitores do município de Morretes (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 3 fev. 1869, p. 4). Ou seja, nessa cidade ele reuniu os apoios necessários para integrar o grupo de oito indivíduos que elegia os candidatos aos cargos do Poder Legislativo. Para evidenciar a solidez do vínculo da família



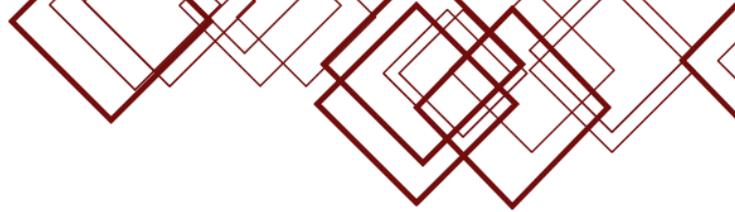
Negrão com o Partido Conservador, cumpre mencionar que um de seus integrantes, João de Souza Dias Negrão, foi membro fundador do diretório que a agremiação instalou em Porto de Cima no ano de 1869 (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 17 out. 1869, p. 4).

Fausto Viana também desempenhou a função de eleitor. Nos anos 1870, ele pertenceu ao colégio eleitoral de Ponto de Cima. Nessa localidade, Viana ocupou os cargos de Juiz de Paz (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 11 set. 1872, p. 3) e vereador (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 14 out. 1876, p. 3). Dessa forma, na referida década foram estabelecidas as primeiras relações políticas entre os futuros dirigentes do PD. Fausto Viana e José Macedo, por exemplo, atuaram juntos na Câmara de Porto de Cima. A criação do PD significou a perpetuação de uma aliança entre indivíduos marcados pela baixa projeção na vida interna do Partido Conservador paranaense. Uma aproximação entre esses aliados diz respeito ao fato de que atingiram a condição de líderes políticos municipais ao tempo do Império.

Cabe, pois, sustentar a terceira afirmação desta seção. O ano de 1889 foi a época em que os indivíduos citados no Quadro 1 tentaram contrabalançar o poder que os Correia exerciam sobre o Partido Conservador. Para tanto, eles criaram um diretório que funcionou simultaneamente àquele comandado pelos Correia (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 16 mar. 1889, p. 2). O líder dos conservadores insurgentes era José Macedo, que se tornou o presidente do PD. O diretório conservador chefiado por esse negociante permaneceu em atividade até o momento da queda do Império (A REPÚBLICA, 21 nov. 1889, p. 1).

A criação desse diretório permitiu que o grupo político de José Macedo adquirisse experiência em tarefas como o recrutamento de correligionários e o lançamento de candidaturas. Em 1889, os dissidentes preferiram não apresentar chapa completa na eleição para deputado provincial realizada em setembro naquele ano. No entanto, os correligionários dos insurgentes lançaram Fausto Viana como candidato pelo 2º distrito. Ele conseguiu se eleger (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 21 set. 1889, p. 3). Assim, nos anos finais do Império o grupo político dos fundadores do PD possuía um pequeno eleitorado, o qual estava mobilizado para apoiar os expoentes da dissidência conservadora.

Foi apenas no fim do regime monárquico que os futuros gestores do PD conquistaram posições de destaque na vida política da província. Eles exerceram de forma tardia uma autoridade sobre os conservadores de distintas regiões do Paraná. A conquista dessas posições exigiu o rompimento do vínculo que mantinham com os dirigentes locais do Partido Conservador. Os negociantes mencionados no Quadro 1 lideraram uma ala minoritária no



interior dessa agremiação. Trata-se de demonstrar que os primeiros anos do regime republicano foram marcados continuidade da cisão entre os chefes das alas rivais daquele partido.

A vida política paranaense no início dos anos 1890: os limites da renovação do quadro de líderes partidários

O estudo da estruturação do PD exige, preliminarmente, a análise da cena política que se formou no Paraná nos anos seguintes à queda do Império. A esse respeito, cumpre sustentar três afirmações. Primeiro, cabe ressaltar que nesse estado, no início da Primeira República, existiram quatro partidos. A agremiação governista era denominada Partido Republicano (PR). O seu principal dirigente era o advogado Vicente Machado da Silva Lima (1860-1907), o qual teve passagens pelos partidos Liberal e Republicano. Em boa medida, o PR era constituído por republicanos históricos e egressos do Partido Conservador. Esses egressos eram aqueles pertenceram diretório oficial da agremiação em 1889. Em resumo, o PR era o partido dominante do estado (SÊGA, 2005).

Nesse período, havia três agremiações no campo da oposição. Um desses partidos era a União Republicana Paranaense (URP). O seu principal líder era o bacharel Generoso Marques dos Santos (1844-1928), ex-integrante do Partido Liberal. Em grande medida, os correligionários da URP também eram provenientes dessa agremiação monárquica. O surgimento desse partido favoreceu a permanência de políticos veteranos no jogo eleitoral do Paraná. Dentre as agremiações oposicionistas criadas no estado no curso dos anos 1890, a URP possuía a maior base eleitoral. Ela também foi uma agremiação mais longeva. A sua dissolução ocorreu em 1908, época em que seus dirigentes, a exemplo de Generoso Marques, foram absorvidos pelo partido governista (MACIEL, 1925).

As outras agremiações oposicionistas do Paraná eram o PD e o Partido Operário (PO). A principal semelhança entre esses partidos diz respeito ao fato de que não demoraram a se extinguir. Ou seja, o grau de unidade interna entre os correligionários dessas agremiações era baixo. O PO contou com a adesão de trabalhadores urbanos. Os líderes desse partido eram veteranos da vida partidária paranaense. O presidente da agremiação era o empresário Agostinho Leandro da Costa (1857-1904). Filiado ao Partido Liberal, ele foi vereador de Morretes no princípio dos anos 1880 (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 2 ago. 1882, p. 3). Outra liderança do PO era o advogado Justiniano de Mello e Silva (1852-1940). Oriundo do Partido Conservador, ele integrou o diretório dissidente comandado por José Macedo (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 16 mar. 1889, p. 1).



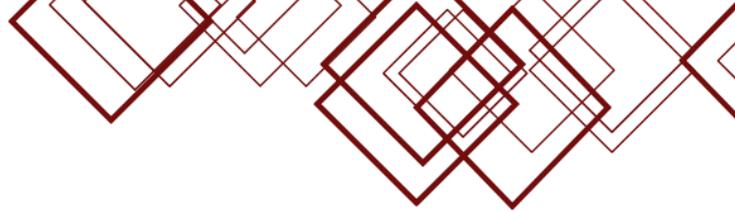
Os fundadores do PD não conseguiram manter os conservadores dissidentes unidos após a queda do Império. Os correligionários desses fundadores se dispersaram por partidos pequenos. Tais informações evidenciam que, no Paraná, os primeiros anos do regime republicano não foram marcados pelo aparecimento de novos líderes partidários. Os indivíduos que geriram as novas agremiações estavam integrados à vida política regional desde a época do Segundo Reinado. Portanto, ao tempo da Primeira República as cúpulas dos partidos paranaenses eram constituídas por veteranos.

Convém, por consequência, fundamentar a segunda constatação desta seção. Nos anos 1890, o quadro partidário estadual foi caracterizado pela continuidade da influência política de antigas parentelas. Os membros da família Correia pertenceram à elite dirigente do PR. A família do citado Manuel Antônio Guimarães também se vinculou a essa agremiação. Ambas as parentelas estavam integradas à vida partidária do Paraná desde a época da criação da província, em 1853 (OLIVEIRA, 2001). Essa situação não era incomum. Em distintas regiões do país, houve a acomodação de egressos das agremiações monárquicas em posições de destaque nas instituições políticas e nos partidos criados durante a Primeira República. Tal situação foi notada, por exemplo, nos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul (LEVI, 1977; VARGAS, 2010).

277

Cumprido, por fim, sustentar a terceira afirmação desta seção. Os mencionados partidos de oposição não eram competitivos. No contexto da Primeira República, o Paraná não pertenceu ao grupo de estados nos quais os opositores conseguiram derrotar candidatos governistas em eleições parlamentares. Esse grupo era constituído por estados como Minas Gerais e Rio Grande do Sul (FIGUEIREDO, 2017; RIBEIRO, 2019).

Uma característica dos partidos minoritários do Paraná era que necessitavam de uma concessão de seus adversários para elegerem candidatos. Essa concessão consistia na apresentação de chapas incompletas pelo partido dominante. Outra característica era a curta duração de suas agremiações. A existência do PD e do PO não ultrapassou os primeiros anos da década de 1890. A dispersão de seus membros por outros partidos não demorou a acontecer (GOULART, 2014). Assim, os partidos paranaenses que pertenceram ao campo da oposição não representaram uma ameaça ao domínio eleitoral da agremiação majoritária.



Organização interna, propostas e atividade política do PD

Há três aspectos a serem ressaltados quanto ao processo de formação do PD. Primeiro, cumpre destacar que havia relações parentesco entre os dirigentes dessa agremiação. Existem evidências de que familiares desses dirigentes envolveram-se na estruturação do partido em pequenos municípios. Dessa forma, a composição social do PD guarda semelhanças com a dos demais partidos minoritários do Paraná. Tal semelhança reside no fato de que essas agremiações eram formadas por membros de famílias da elite social da antiga província. O surgimento dos pequenos partidos permitiu que esses membros preservassem um espaço na cena política regional.

Nesse âmbito, compete reconhecer que Ricardo Negrão e José Macedo eram primos (NEGRÃO, 2004, v. 2, p. 318). De outra parte, convém salientar que um irmão de Macedo se envolveu na criação do PD. Esse irmão era o citado negociante Antônio Ribeiro de Macedo. Em 1892, ele foi o responsável por instituir um diretório da agremiação em Campina Grande do Sul, município adstrito a Curitiba, a capital paranaense (O DEMOCRATA, 10 maio 1892, p. 2). Nessa época, Antônio Macedo já possuía longa experiência da gestão de órgãos partidários. Em 1869, por exemplo, esse empresário pertenceu ao núcleo dirigente do Partido Conservador de Porto de Cima (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 17 out. 1869, p. 4).

278

A análise de informações sobre a constituição de diretórios do PD evidencia que as principais adesões conquistadas por essa agremiação estavam concentradas no primeiro planalto do estado. Consoante destacado na última seção deste artigo, os apoios que o partido obteve em outras regiões permitiram a instalação de diretórios em pequenos municípios. Porém, a arregimentação de correligionários nessas localidades não foi acompanhada pelo crescimento da força eleitoral do PD. Trata-se de demonstrar que a cooptação de fundadores do PD pelos líderes do situacionismo começou logo após a dissolução desse partido.

Por outro lado, constata-se que existia uma divisão de tarefas políticas no interior da família Macedo. José Macedo era o líder maior da agremiação. Esse negociante ocupou a presidência da Comissão Executiva do PD. Antônio Macedo, por seu turno, participou do processo de interiorização do partido. A implantação de diretórios locais era uma tarefa fundamental para a concretização desse processo.

Conforme mencionado, no contexto da Primeira República José Macedo não manteve sob sua influência política a totalidade dos membros do diretório dissidente do Partido Conservador paranaense. Todavia, houve remanescentes desse diretório que colaboraram com



a formação do PD. Um dos remanescentes era o jornalista José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933). A sua função no novo partido foi a de redator do jornal *O Democrata*, órgão oficial do PD. Fundado em abril de 1892, esse periódico foi extinto em julho de 1893 (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1893, v. 3, p. 138). Em última instância, constata-se que ex-integrantes do Partido Conservador tiveram participação decisiva na organização do PD. Uma forma de participação era fundar diretórios municipais. Outra forma era divulgar as diretrizes programáticas da agremiação por meio da imprensa.

Compete, pois, sustentar a segunda afirmação desta seção. Os dirigentes do PD apresentaram um pequeno conjunto de propostas. Um elemento desse repertório de ideias dizia respeito à atuação dos filiados na vida interna dos partidos. Os líderes do PD defenderam que o lançamento de candidaturas teria de ser precedido por ampla consulta aos correligionários. Eles reconheceram que era preciso democratizar a gestão das agremiações. Por conseguinte, sustentaram a ideia segundo a qual os correligionários residentes em áreas do interior deveriam influir na montagem de chapas (O DEMOCRATA, 19 abr. 1892, p. 3).

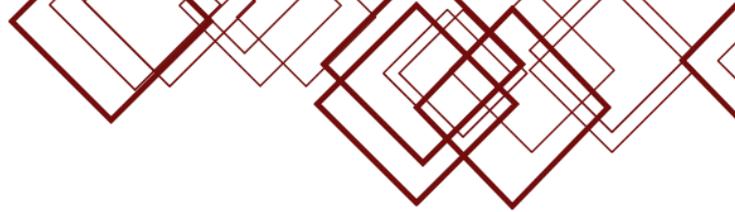
279

Essa ideia era advogada pelos correligionários de José Macedo desde a época em que pertenceram ao diretório dissidente do Partido Conservador paranaense. Em 1889, a justificativa desse diretório para a não apresentação de chapa no pleito de deputado provincial era que a crise vivida pelo partido impediu a realização de consulta aos correligionários para a escolha dos postulantes (SETE DE MARÇO, 10 ago. 1889, p. 1). Assim, uma proposta central do PD era reduzir o poder das cúpulas partidárias. Os líderes dessa agremiação defendiam que deveria ser garantido aos filiados de um partido o envolvimento em processos como a definição de candidaturas.

A segunda proposta era relativa ao preenchimento de cargos públicos. O PD sustentava que era preciso extinguir as indicações políticas. Dessa forma, os servidores teriam de ser escolhidos por meio de concurso. Os dirigentes do PD consideravam que o perfil ideal do funcionário público era o do indivíduo desprovido de ligações com os partidos.⁶ O problema das nomeações políticas foi um tema abordado em editoriais de *O Democrata*.⁷ Assim, o PD

⁶ A esse respeito, leia-se a seguinte passagem do editorial de *O Democrata* publicado em 19 de abril de 1892: “É certo que o empregado não pode tratar com imparcialidade do interesse das partes desde que intervenha diretamente na luta dos partidos” (O DEMOCRATA, 19 abr. 1892, p. 3).

⁷ Na edição de 7 de junho de 1892, *O Democrata* publicou um texto contrário às nomeações realizadas pelo general José Aguiar Lima ao tempo em que governou o Paraná (1890-1891). Segundo o redator do periódico, durante a gestão de Lima “[...] prevaleceu o espírito de partido, e partido desastrado e nefasto de pessoas, porque ideias não havia que separassem os homens. Para todos os cargos novos criados as nomeações recaíram nos amigos, chegando a se preterir direitos adquiridos e preferindo sempre para tudo os amigos e aderentes aos mais capazes” (O DEMOCRATA, 7 jun. 1892, p. 1). Nessa edição, *O Democrata* também criticou a substituição de magistrados do



surgiu na cena política por meio da defesa de mudanças na organização administrativa do estado. Nessa época, a sustentação de um projeto político não foi realizada por todos os partidos paranaenses. O PR, por exemplo, não se dedicou à formulação de um ideário programático.⁸

Cumprido, por fim, sustentar a terceira afirmação desta seção. O PD se manteve refratário à aproximação com outras agremiações de oposição. Em verdade, os dirigentes do partido criticaram as pretensões eleitorais de membros da URP. Em 1892, o jornal *O Democrata* publicou um editorial contrário à candidatura do advogado Manuel de Alves de Araújo (1836-1908) para o Senado (O DEMOCRATA, 19 abr. 1892, p. 1).⁹ O PD preferiu não apoiar o postulante que naquele momento representava o campo da oposição.¹⁰ Em síntese, os adversários da situação não desenvolveram uma ação política unificada para enfrentar os candidatos do partido majoritário.

Compete demonstrar, por consequência, que os fundadores do PD não permaneceram nesse campo após o fim dessa agremiação. Nos anos 1890, foram pouco consistentes as relações entre os grupos políticos que combatiam o partido dominante do Paraná.

Fatores e implicações da dissolução do PD

280

O PD foi desativado em seu segundo ano de existência. Foi pouco duradouro o envolvimento de líderes locais da agremiação na tarefa de criar diretórios em áreas do interior do estado. Um dos correligionários que se desligou do partido em 1893 foi o citado Antônio Ribeiro de Macedo. Em um texto de reminiscências intitulado *Memória de família*, ele apresentou informações alusivas à sua participação no PD. A atenção a essas informações é fundamental para reconhecer as formas de absorção de opositores pelo partido dominante

Tribunal de Justiça do Paraná. Conforme o redator do jornal, essa substituição teve motivação política: “Amanhã, quando por ventura triunfe a política adversa à situação atual, a organização da magistratura que acaba de fazer-se com certeza não será respeitada. De modo que não compreendemos como é que os ilustres cidadãos contemplados possam ter confiança no futuro...” (O DEMOCRATA, 7 jun. 1892, p. 2).

⁸ No início dos anos 1890, o PD e o PO foram as únicas agremiações paranaenses que formularam detalhadas plataformas eleitorais. O PD se concentrou no tema da reestruturação das carreiras de Estado. Por outro lado, o PO se voltou à defesa de medidas de assistência às camadas populares. Essas medidas eram análogas às apresentadas pelas agremiações operárias que surgiram em distintos estados brasileiros no começo da Primeira República. A desoneração tributária dos trabalhadores e a criação de escolas públicas faziam parte do repertório das propostas dos partidos operários (SETE DE MARÇO, 10 maio 1890, p. 1).

⁹ A distância política entre os fundadores do PD e os chefes da URP era anterior à eleição senatorial de 1892. Em 1891, os futuros dirigentes do PD apoiaram os candidatos do PR na disputa pelas trinta e seis vagas do Congresso Constituinte do Paraná (O DEMOCRATA, 21 mar. 1893, p. 1).

¹⁰ Manuel Alves de Araújo foi derrotado pelo candidato governista, o bacharel Ubaldino do Amaral Fontoura (1842-1920) (A REPÚBLICA, 21 jun. 1892, p. 2).



do Paraná no limiar da Primeira República. Trata-se, pois, de destacar três excertos da *Memória*.¹¹

Inicialmente, cabe analisar as informações relativas à formação e desestruturação do PD. Antônio Macedo destacou que essa agremiação surgiu com o intuito de conquistar um espaço central nos órgãos administrativos, bem como nas esferas do Poder Legislativo. Eram muito ambiciosos os objetivos do partido. Todavia, esse projeto foi abandonado pouco tempo depois de sua formulação. Leia-se, pois, a seguinte passagem do texto memorialístico:

Pondo em prática nossas ideias, criamos um partido de que era chefe o meu citado irmão [José Ribeiro de Macedo] e no qual demos a denominação de – Partido Democrático. Esse partido, que foi logo aceito em diversas localidades, criou um órgão na imprensa de Curitiba de que foi redator o meu primo e amigo Ricardo de Souza Dias Negrão, e redator o insigne jornalista José Francisco da Rocha Pombo. Chegou a ser organizada chapa para governador e para o terço do Congresso do Estado, mas dando balanço dos elementos com que contava o partido nas diversas localidades, reconheceu-se que era baldado regenerar o país por meio do voto, que a grande maioria acompanhava o Governo por causa dos empregos e das posições e que por isso o resultado seria negativo para nós. Abandonamos, pois, a luta (MACEDO, s/d, apud NEGRÃO, 2004, v. 2, p. 318).

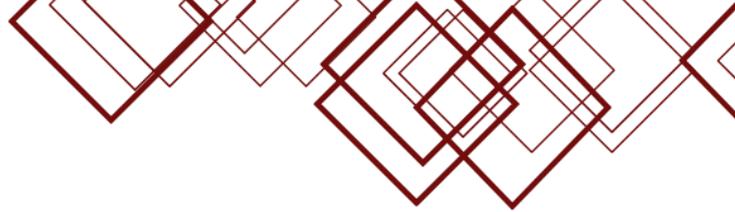
281

Antônio Macedo salientou que os chefes do PD se inibiram quando reconheceram a força eleitoral dos situacionistas. A abstenção desse partido no pleito para o cargo de governador prenunciou uma situação inerente à história política do Paraná da Primeira República. Tal situação era a falta de interesse da oposição em concorrer aos cargos do Poder Executivo.¹² Nas eleições legislativas, os candidatos dos partidos minoritários conseguiam mandatos quando o partido governista lançava chapas incompletas. Desse modo, os oposicionistas paranaenses participavam das eleições cientes da impossibilidade de angariar a maioria das vagas nas instituições políticas.¹³ O PD tinha uma pequena base de correligionários. A esse respeito, cabe mencionar que o partido elegeu somente dois suplentes de vereador na cidade de Curitiba, em 1892 (A REPÚBLICA, 11 out. 1893, p. 3).

¹¹ Esses excertos estão transcritos no segundo volume da obra *Genealogia Paranaense* (1926), de Francisco Negrão (1871-1937). Esse autor era sobrinho de Ricardo de Souza Dias Negrão, membro fundador do PD.

¹² Nos momentos em que disputaram eleições para cargos executivos, os oposicionistas paranaenses não obtiveram votações relevantes. Em 1908, os remanescentes do Partido Republicano apresentaram chapa para disputar o Governo do Paraná. Contudo, obtiveram apenas 2.690 votos, os quais equivaleram a 15,4% do total de sufrágios (A REPÚBLICA, 30 mar. 1908, p. 2). Em 1918, os oposicionistas vinculados ao Partido Republicano Conservador formaram uma chapa para pleitear o comando do Executivo estadual. Essa chapa obteve 4.592 sufrágios, que corresponderam a 19,6% do total de votos (A REPÚBLICA, 15 nov. 1915, p. 1).

¹³ Foi apenas no ano de 1890 que um partido de oposição do Paraná lançou chapa completa em eleição para cargos legislativos. Nesse pleito, o PO apresentou chapas nos pleitos de senador e deputado constituinte (SETE DE MARÇO, 6 set. 1890, p. 2).



Há outros dois aspectos desse excerto que demandam especial atenção. Primeiro, Macedo salientou que as adesões obtidas pelo PD eram insuficientes para tornar essa agremiação eleitoralmente forte. Nessa época, o predomínio do PR sobre o jogo eleitoral do estado estava consolidado. Portanto, os líderes do PD entenderam que não havia razão para disputarem o Governo do Estado. Eles também consideraram que não possuíam apoios suficientes para pleitear um terço das vagas no Congresso Legislativo do Paraná. O terço correspondia a dez cadeiras nessa instituição.

Em 1892, na época da eleição para o Congresso Constituinte do Paraná, os egressos do Partido Liberal pertenciam ao campo da oposição. Eles estavam ligados a uma agremiação que era a principal adversária dos situacionistas. Por consequência, as dez vagas não preenchidas pelo PR foram ocupadas por candidatos da URP (A REPÚBLICA, 17 fev. 1892, p. 2). Essa situação não se modificou nos anos seguintes à extinção do PD. Em 1895, no pleito para as vagas de deputado estadual, o terço voltou a ser preenchido por membros da URP (A REPÚBLICA, 21 mar. 1895, p. 2). No começo do regime republicano, os oposicionistas paranaenses mais competitivos eram aqueles que estavam filiados ao partido de Generoso Marques.

282

O segundo aspecto do excerto supracitado refere-se aos esquemas de preenchimento de cargos públicos. Antônio Macedo destacou que uma forma de o PR conquistar aliados era por meio da distribuição de funções na administração estadual. Conforme o memorialista, as nomeações efetuadas pelo Governo do Paraná permitiram aos situacionistas construir uma ampla base de apoiadores. Nesse cenário, as agremiações minoritárias não conseguiram adesões suficientes para assegurar uma presença nas instituições legislativas.

De acordo com Macedo, a proposta de extinção das nomeações políticas não tinha condições de prosperar. O reconhecimento dessas dificuldades foi sucedido pela capitulação. Ao compreender que não poderia vencer o partido dominante, uma parcela dos dirigentes do PD aderiu à ordem governista. Uma consequência dessa adesão foi a obtenção de nomeações para cargos públicos.

Antônio Macedo apresentou informações sobre o processo por meio do qual se tornou um governista. O oferecimento de cargos foi a principal estratégia dos situacionistas para assegurar a filiação desse negociante ao partido majoritário. Esse oferecimento foi iniciado no começo dos anos 1890. O excerto transcrito a seguir contém informações concernentes ao início das relações entre Macedo e os dirigentes do PR:



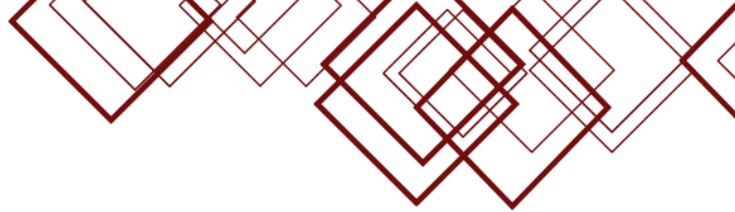
O Dr. Vicente Machado aplicou os maiores esforços para nos atrair ao seu partido. Incluiu-me, sem me comunicar, na chapa para vice-presidente do Estado [...]. Expedi no mesmo dia telegrama, mas pedindo escusa por não querer envolver-me em política. Foi o meu nome retirado da chapa antes de ser publicada. Mais de uma vez convidou-me para o lugar de deputado ao Congresso do Estado, que também não aceitei. [...] Mandou convidar-me para o cargo de presidente do Estado. Também não aceitei. Mandou oferecer-me o cargo de senador federal, que recusei pelos mesmos motivos (MACEDO, s/d, apud NEGRÃO, 2004, v. 2, p. 318).

Essa passagem comporta duas informações capitais. Primeiro, verifica-se que Vicente Machado, líder do PR, participou das tratativas para filiar Antônio Macedo a esse partido. Machado entendeu que era crucial para o fortalecimento de sua agremiação a adesão de indivíduos que atuavam como chefes políticos municipais. Nesse contexto, Macedo era um empresário cuja parentela participava da vida partidária de municípios do litoral e do primeiro planalto paranaense (OLIVEIRA, 2001).

Esse dirigente do PR tinha o objetivo de conseguir o apoio de um indivíduo que estava integrado ao jogo eleitoral paranaense desde a época do Império. O oferecimento de cargos na administração pública era um modo de conseguir esse apoio. Ao final, os convites realizados pelos governistas a Macedo surtiram efeito. Esse negociante aderiu ao grupo situacionista no ano em que o PD foi dissolvido. Tal adesão elevou-o à condição de liderança do partido majoritário na cidade portuária de Antonina. Em 1895, Macedo foi eleito prefeito desse município (A REPÚBLICA, 19 mar. 1895, p. 2). Atente-se, pois, ao modo como esse negociante descreveu a sua integração ao grupo governista existente naquela localidade:

No ano de 1892, mudei-me de Paranaguá para Antonina. Um ano mais ou menos depois, vagou o cargo de prefeito desse município. O chefe [local] do partido situacionista [Joaquim Loyola] ofereceu-me o referido cargo. Escusei-me, mas ele voltou tantas vezes e com tal insistência que eu acabei por declarar-lhe que poderia aceitar por dever de patriotismo, mas com a condição expressa de fazer somente a minha administração e não me envolver em política. (MACEDO, s/d, apud NEGRÃO, 2004, v. 2, p. 319-320).

O vínculo de Antônio Macedo com a ordem governista jamais foi rompido. Tal vínculo se mostrou decisivo quando esse negociante disputou novo mandato de prefeito de Antonina. Em 1912, Macedo foi derrotado na disputa por tal cargo. O seu rival era o bacharel Ermelino Agostinho de Leão (1871-1932). No entanto, a Junta de Recursos Eleitorais anulou os sufrágios provenientes da 3ª seção. Após nova contagem de votos, Macedo foi declarado vencedor do pleito. A Junta era composta por correligionários do partido situacionista. A interferência desses correligionários no resultado eleitoral possibilitou que Macedo voltasse a governar a mencionada cidade (A REPÚBLICA, 2 set. 1912, p. 1).



A migração para o campo governista permitiu que o citado negociante consolidasse sua posição de líder político municipal. Essa posição foi conquistada com o apoio dos líderes do seu novo partido. Macedo se tornou o responsável por organizar localmente as atividades da agremiação dominante. Nota-se, assim, um caso de interdependência entre o dirigente de um partido governista e um chefe político local (GOULART, 2004; LEAL, 2012).

Em 1893, na época da dissolução do PD, havia diretórios desse partido instalados em sete municípios. Em sua maioria, eles estavam situados em cidades do planalto. No litoral, havia apenas o diretório de Guaratuba. Foi desigual o número de apoiadores obtido pelo PD nas distintas regiões do estado. De todo modo, essa agremiação conseguiu adesões em municípios distantes da capital do estado, a exemplo de Guarapuava, localizada no terceiro planalto paranaense (O DEMOCRATA, 21 mar. 1893, p. 1).

Os líderes do partido mantiveram seus apoiadores unidos por cerca de um ano. Assim, a agremiação não atingiu o grau de unidade necessário para participar continuamente de disputas eleitorais. O PD se extinguiu sem conquistar um espaço mínimo nas instituições políticas.

A extinção do PD e os destinos políticos de seus dirigentes

No contexto da Primeira República, a fundação do PD foi o principal momento da atividade política dos seus fundadores. O surgimento dessa agremiação lhes permitiu participar da reorganização do quadro partidário do Paraná. Contudo, esses correligionários não alcançaram posições centrais nos órgãos públicos. A baixa competitividade do partido motivou a interrupção de suas atividades eleitorais. Ocorrida em 1893, a dissolução do PD levou alguns dos fundadores a encerrarem suas carreiras políticas. A esse respeito, compete analisar as informações presentes no Quadro 2.



Quadro 2 – Desfecho da atividade política e profissional dos membros da Comissão Executiva do Partido Democrático (Primeira República)¹⁴

Nome	Profissão	Filiação partidária	Total de nomeações para cargos públicos	Total de cargos eletivos
Antônio Francisco Correia de Bittencourt	Negociante	Partido Democrático	0	0
Fausto Bento Viana	Negociante	Partido Democrático	1	0
José Ribeiro de Macedo	Negociante	Partido Democrático/ Coligação Republicana	1	0
Ricardo de Souza Dias Negrão	Negociante	Partido Democrático	0	0

Fontes: *A Notícia* (PR); *A República* (PR); *Diário da Tarde* (PR); *Diário do Comércio* (PR).

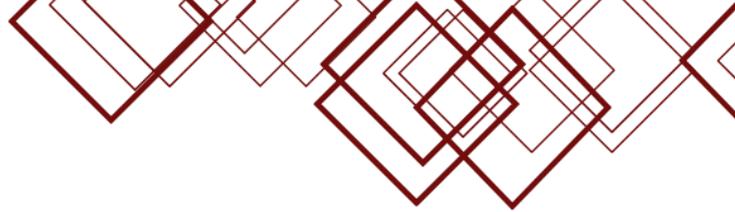
A partir das informações expostas no Quadro 2, cumpre sustentar duas constatações. Primeiro, trata-se de mencionar que alguns dirigentes do PD tiveram uma breve participação nos esquemas de nomeações controlados pelos situacionistas. Essa participação ocorreu antes da fundação do PD. Entretanto, eles não desenvolveram um vínculo consistente com os governistas responsáveis pelo controle daqueles esquemas.

Em 1890, por exemplo, José Ribeiro de Macedo exerceu o cargo de 1º suplente de Delegado de Campina Grande do Sul, à época denominada de Vila Glicério (A REPÚBLICA, 27 mar. 1890, p. 1). Naquele ano, Fausto Bento Viana presidiu a Comissão Distrital da Paróquia de Curitiba, a qual tinha a função de promover o alistamento de eleitores (A REPÚBLICA, 4 jun. 1890, p. 3). Ou seja, no início do regime republicano eles ocuparam funções transitórias e secundárias na administração pública.

Cabe, pois, fundamentar o segundo argumento desta seção. Após o desaparecimento do PD, uma parcela dos seus integrantes não se filiou a um partido. José Macedo foi o egresso do PD que, no final dos anos 1900, alcançou a condição de gestor local da agremiação governista. Nesse período, ele presidiu o diretório da Coligação Republicana em Campo Largo, cidade adjacente a Curitiba (A REPÚBLICA, 13 jun. 1908, p. 1).

Alguns dos familiares desses dirigentes também se ligaram ao partido situacionista. Os parentes de José Macedo e Ricardo Negrão foram aqueles que tiveram participação mais longa na vida política paranaense ao tempo da Primeira República. A análise da atuação partidária dos membros dessas parentelas permite estabelecer analogias entre distintas gerações de opositoristas paranaenses. Uma analogia diz respeito ao fato de que, habitualmente, a

¹⁴ O indivíduo cujo nome é precedido por um asterisco era o presidente da Comissão Executiva do PD.



extinção de uma agremiação minoritária motivava a transferência de seus ex-integrantes para o partido situacionista.

Atente-se, pois, ao caso de José Ribeiro de Macedo Júnior, filho do presidente do PD. Na década de 1900, ele fez parte do grupo governista. Tal pertencimento não lhe propiciou decisivas oportunidades políticas. Nesse decênio, a sua principal atividade partidária consistiu em participar da gestão do diretório situacionista em Campina Grande do Sul. Mais especificamente, a sua função era organizar a ação eleitoral do partido dominante em uma pequena cidade do primeiro planalto (A REPÚBLICA, 12 mar. 1908, p. 1).

Consoante ressaltado, no ano de 1892 um membro da família Macedo instalou um diretório do PD naquela localidade. Portanto, em distintos contextos os integrantes dessa parentela se mantiveram na condição de lideranças partidárias de municípios do planalto e do litoral paranaense. Tal condição representou o limite da projeção política desses familiares.

Analogamente ao caso de seu pai, Macedo Júnior teve uma passagem pelo campo da oposição paranaense. Em 1913, beneficiado pela existência das vagas do terço, ele conseguiu se eleger deputado estadual (A REPÚBLICA, 18 dez. 1913, p. 2). Nessa ocasião, ele estava filiado ao Partido Republicano Liberal, o qual se dissolveu em 1915 (DIÁRIO DA TARDE, 26 jan. 1915, p. 1). A maioria dos dirigentes dessa agremiação foi cooptada pelo partido governista (GLASSER, 1955). Assim, a geração à qual Macedo Júnior pertenceu malogrou na tarefa de manter a oposição regional unida por longo tempo. Os partidos minoritários que existiram naquele decênio tiveram curta duração e não se tornaram eleitoralmente competitivos (MACIEL, 1925).

286

Macedo Júnior retornou ao partido governista do Paraná em 1917. Nesse ano, ele foi incluído na chapa que a agremiação lançou no pleito para o Congresso Legislativo do Estado (A REPÚBLICA, 5 set. 1917, p. 1). Desse modo, a conquista de um mandato deputado estadual significou o limite das oportunidades obtidas por Macedo Júnior após regressar à agremiação majoritária.

Na família Negrão, o vínculo à ordem situacionista não foi acompanhado pela conquista de mandatos eletivos. Os membros dessa parentela exerceram funções subalternas no PR.¹⁵ Nesse âmbito, compete salientar que um filho homônimo de Ricardo Negrão ingressou nesse partido. Há uma analogia entre os percursos profissionais desenvolvidos por esses familiares.

¹⁵ Uma dessas funções consistia em participar das comissões que o PR criou para fiscalizar os trabalhos eleitorais em diferentes locais de votação. Em 1899, os primos Francisco Negrão e Ricardo Negrão Filho realizaram tal fiscalização em seções eleitorais da cidade de Curitiba (A REPÚBLICA, 30 dez. 1899, p. 2).



Similarmente ao caso de seu pai, Negrão Filho conquistou cargos públicos quando se vinculou ao grupo governista. Ele atuou, por exemplo, como servidor da Diretoria Geral do Serviço Sanitário do Paraná (A REPÚBLICA, 12 maio 1919, p. 1).

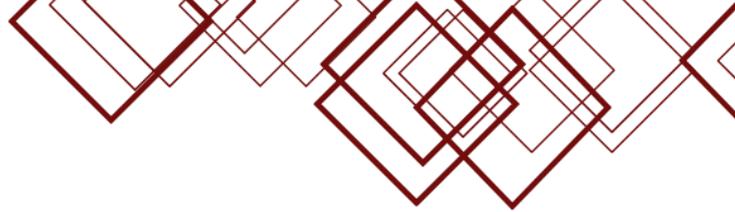
Dessa forma, o principal benefício decorrente do pertencimento àquela agremiação consistiu no envolvimento nos esquemas de preenchimento de cargos em órgãos do Governo estadual. A existência das nomeações discricionárias efetuadas pelos governadores foi decisiva para o ingresso de membros da família Negrão no serviço público.

Considerações finais

Por meio do estudo do caso do Partido Democrático, o presente artigo investigou as condições de emergência e ocaso de agremiações oposicionistas no início da Primeira República. A análise desenvolvida neste trabalho possibilita ressaltar três afirmações. Primeiro, destaca-se que no Paraná, nos anos 1890, o campo da oposição não se constituiu no espaço para o aparecimento de novas lideranças partidárias. O PD era administrado por políticos veteranos. O treinamento nas lides político-administrativas era um elemento comum às trajetórias dos dirigentes da agremiação. Desde a época do Segundo Reinado, eles estavam familiarizados com a organização de diretórios, o recrutamento de correligionários e o lançamento de candidaturas. A criação do PD permitiu que veteranos se acomodassem na cena política republicana. Nesse período, portanto, as agremiações do estado eram compostas por egressos dos partidos monárquicos.

Segundo, cabe reconhecer que os dirigentes do PD conquistaram adesões em distintas cidades. A base de apoio desse partido estava concentrada em municípios do primeiro planalto. No início da Primeira República, esses dirigentes se tornaram coordenadores da ação política de oposicionistas radicados em pequenos municípios. Entretanto, o PD não teve êxito em evitar a perda de filiados. A migração para o campo governista foi um destino comum a uma parcela dos seus integrantes. O estudo do caso de Antônio Ribeiro de Macedo evidenciou que um anseio da agremiação situacionista era absorver chefes políticos locais que atuavam no campo da oposição. O oferecimento de cargos públicos era uma maneira de viabilizar essa absorção.

Terceiro, compete destacar que a dissolução do PD foi sucedida pelo encerramento das atividades político-eleitorais de uma parte dos fundadores da agremiação. No entanto, houve descendentes desses líderes que pertenceram ao grupo governista. O exercício de mandatos eletivos e a participação em esquemas de preenchimento de cargos públicos eram as



consequências mais frequentes da filiação ao partido dominante. Em última análise, os processos de formação e dissolução do PD prenunciaram dois aspectos do funcionamento das agremiações minoritárias que surgiram no Paraná ao longo da Primeira República. Um aspecto era a curta duração. O outro aspecto era a disposição de seus ex-integrantes para se tornarem situacionistas.

Referências

ALVES, Alessandro Cavassin. *A Província do Paraná (1853-1889): a classe política, a parentela no Governo*. Tese (Doutorado em Sociologia). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014.

ARRUDA, Larissa Vacari Rodrigues. *Disputas oligárquicas: as práticas políticas das elites mato-grossenses (1892-1906)*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2015.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografias coletivas: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 41-54.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1996.

FERRARI, Marcela. Prosopografia e historia política: algumas aproximaciones. *Antíteses*, Londrina, n. 3, v. 5, 2010, p. 29-5.

FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais (1889-1930)*. Curitiba, Editora CRV, 2017.

GLASSER, Roberto. *Discursos pronunciados nas sessões legislativas de 1914-1915*. Curitiba: Papelaria Requião, 1955.

GOULART, Mônica. *A dança das cadeiras: análise do jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

_____. *O poder local e o coronelismo no Paraná*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de História do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEVI, Darrell. *A família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977.



LEVI-MOREIRA, Silvia. *Liberalismo e democracia na dissidência republicana paulista: estudo sobre o Partido Republicano Dissidente de São Paulo, 1901-1906*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.

MACIEL, Ottoni Ferreira. *Bastidores políticos*. Curitiba: s/e, 1925.

MARTINY, Carina. “*O chefe político dos mais avançados republicanos*”: Júlio de Castilhos e o processo de construção da República (1883-1903). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná (1853-1930)*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo (1926-1934)*. São Paulo: Ática, 1986.

RIBEIRO, Paula Vanessa Paz. “*A terceira estrela da federação*”: a bancada gaúcha no contexto político-eleitoral dos anos 1920 a 1924. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, 2014, p. 443-479.

289

SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. *De líderes históricos a opositores: as dissidências republicanas e o jogo político regional (Rio Grande do Sul, 1890-1907)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política da acomodação*. 2. ed. Salvador: Ed. UFBA, 1999.

SÊGA, Rafael Augustus. *Tempos belicosos: a Revolução Federalista e a rearticulação da vida político-administrativa do estado (1889-1907)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, 2011.

VANALI, Ana Christina. “*Ao povo paranaense*”: a vida do cidadão Manuel Corrêa de Freitas. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.
VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

ZULINI, Jaqueline Porto. *Modos do bom governo na Primeira República brasileira: o papel do Parlamento no regime de 1889-1930*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.